



A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA NO BRASIL

ARTIGO ORIGINAL

FREITAS, Roberto Araujo de Moraes ¹

MARTINS, Priscila Bernardo ²

FREITAS, Roberto Araujo de Moraes. MARTINS, Priscila Bernardo. **A história da educação e da pesquisa científica no Brasil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 12, Vol. 08, pp. 127-138. Dezembro de 2019. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/historia-da-educacao>

RESUMO

Aborda-se, no corrente artigo, as transformações históricas da atividade docente no Brasil bem como a sua participação nas pesquisas acadêmico-científicas, considerando desde as influências advindas de religiões herdadas da Europa até as marcas de recursos tecnológicos nas mãos dos usuários domésticos. Este momento é marcado pela transição entre os séculos 20 e 21, representando, portanto, uma desenfreada revolução no setor tecnológico, sendo a internet a principal ferramenta de comunicação e pesquisa, o que acarretou em um longo processo de adaptação. Faz-se necessário mencionar a dificuldade que há no processo de se isolar o

¹ Pós-graduado em docência no ensino superior, graduado em Engenharia de Computação.

² Doutorado em andamento em Ensino de Ciências. Mestrado em Ensino de Ciências. Especialização em Educação a Distância: Elaboração de materiais, tutoria e ambientes virtuais. Especialização em Pedagogia Empresarial. Graduação em andamento em Matemática. Graduação em Gestão de Recursos Humanos. Graduação em Pedagogia.



conhecimento de sua cultura local, de opiniões e experiências próprias e da bagagem acadêmica com a qual um professor precisa transmitir para o corpo discente, pois este deve compreender que o Brasil registra influências de diversos povos ao redor do mundo, o que fez com que tivéssemos uma cultura tão miscigenada. Em meio a tantas transformações históricas, a atividade de lecionar deve ter suas metodologias constantemente recicladas. Por isso mesmo, este trabalho se torna mais árduo à medida em que o docente sofre com o impacto da rede no mundo, visto que ele é refletido na produtividade e na confiabilidade dos resultados das obras literárias e científicas. Isto comprometerá, para sempre, a relação existente entre conhecimento e informação.

Palavras-chave: Tecnologia, pesquisa, educação, confiabilidade.

1. INTRODUÇÃO

O exercício de lecionar sempre sofreu alterações sociais, sobretudo de acordo com interesses ideológicos de cada região, seja em virtude de caráter religioso ou político. Da história do Brasil, datada de 1500, é relevante a influência do cristianismo nas primeiras escolas do país, orquestradas pela instituição europeia denominada de Companhia de Jesus. Ao longo dos anos, houve períodos de incentivo assim como de descaso para com os níveis de instrução populacional. Esse desnível é uma realidade que até os dias atuais ainda não foi superada, sobretudo porque é possível conferir um baixíssimo investimento no setor acadêmico bem como em pesquisas científicas, ainda que existam leis que amparem o setor, de certa forma.

Lei essa que nasceu no Brasil Império, mais especificamente no governo de D. Pedro I. A referida foi denominada como Lei de Diretrizes e Bases, Lei essa que vem sofrendo, até os dias atuais, alterações ao longo dos governos, sendo a sua versão mais recente datada de 1996. O tradicionalismo educacional, dado por bibliotecas, livros, artigos, editoriais, etc., começa a se transformar no final do século 20 com a aglomeração das informações na Internet. Isso se reflete na dificuldade que os docentes e pesquisadores têm até hoje em se adequar às novas tendências de



trabalho, pois, na mesma medida em que facilitam o acesso à informação, diminuem, drasticamente, a confiabilidade do conteúdo.

2. A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E DA PESQUISA CIENTÍFICA NO BRASIL

2.1 DESCOBRIMENTO E COLONIZAÇÃO

Os primeiros registros significativos indicadores da educação brasileira, no sentido acadêmico-escolar, paralelizam-se com a história do país, a contar de seu descobrimento pelo governo de Portugal, oficialmente no ano de 1500. Desde sempre, o acesso à informação e a forma como as pessoas são criadas e educadas no Brasil repercutem na forma como a sociedade se comporta, pois ela é manipulada conforme o desejo da classe dominante. De acordo com Ribeiro (1993), não era interessante para os colonos permitir o acesso à informação aos nativos, uma vez que se tratava de uma estratégia capaz de provocar o choque de culturas e interesses divergentes entre a corte e a população indígena.

A proposta, a priori, era fazer com que os indivíduos da massa local colaborassem com o trabalho de forma cega e submissa e tal objetivo foi arquitetado pelos europeus sobre o alicerce da distorção da identidade cultural e religiosa da população brasileira nativa. Por esse motivo, mal tiveram acesso à alfabetização, e, dessa forma, sua cultura foi violentamente adulterada. Durante esse processo, várias nações indígenas foram dizimadas por não se submeterem ao julgo jesuíta. Da Europa, os colonos contaram com o apoio dos jesuítas para disseminar o Cristianismo no Brasil tal como estavam fazendo em diversos países por meio de sua instituição matriz, a Companhia de Jesus. A organização ergueu várias unidades de instrução fundamental no Brasil.

Vinte e um anos após a chegada dos jesuítas, a Ordem da Companhia de Jesus já podia contar com cinco escolas de instrução elementar, em localidades diversas ao longo do país, sobretudo em regiões litorâneas: Porto Seguro, Ilhéus, Espírito Santo, São Vicente e São Paulo de Piratininga. Com elas, três colégios: Salvador, Rio de Janeiro e Olinda (ALVES, 2009). Aqui, a diferença entre escola e colégio se dá de



acordo com o nível de instrução. Assim sendo, leia-se escola para instituições de instrução primária (Primeiro Grau ou Ensino Fundamental I e II, de acordo com a nomenclatura da LDB/96) e colégio para instituições de instrução secundária (Segundo Grau ou Ensino Médio, de acordo com a nomenclatura estabelecida pela LDB/96).

Os Jesuítas foram responsáveis pela educação no Brasil por aproximadamente duzentos anos. Primeiramente, catequizando os índios, que eles chamavam de selvagens. Posteriormente, fundaram escolas e missões. Esse processo de difusão dos ensinamentos ocidentais seguiu até a expulsão dos jesuítas em 1759. Com isso, o processo educacional entrou em um período de estagnação. Segundo Rosa (2014), a Ordem da Companhia de Jesus entrou em declínio após aproximadamente 200 anos da chegada dos portugueses ao Brasil. Na ocasião, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, era chefe de Estado e diplomata Internacional de Portugal.

Houve até uma tentativa na constituinte de 1823, segundo NISKIER (1969) em função da proclamação da independência, incrementar o sistema de ensino, através do artigo 250 que determinava a criação de escolas primárias em cada vila, ginásios em cada comarca e universidades em determinados locais, mas isso só ficou na teoria, pois o imperador dissolveu a constituinte e no ano seguinte outorgou a primeira Constituição do Império e no seu artigo 179 dizia: “a instrução primária é gratuita a todos os cidadãos”. Em 1827, promulga a Lei Geral que será a primeira e única para o ensino público elementar até 1946. D. Pedro II, mesmo sendo considerado muito culto governa durante 49 anos, mas seus projetos no setor educacional foram tímidos e sem relevância (ALVES, 2009, p. 10).

Como membro da elite Portuguesa, muito lhe incomodava a ascensão do domínio social religioso da Ordem, pois esta desequilibrava os poderes políticos do governo. Em função disso, em 22 de janeiro de 1759, foi publicada a sentença que determinava a exoneração e desnaturalização dos jesuítas do território português (incluindo o



Brasil). A situação só mudou com a chegada da Família Real. Durante o período da monarquia, a educação sente os reflexos da expulsão dos Jesuítas. Dom Pedro I governa por anos, mas não apresenta novidades.

2.2 INVESTIMENTOS SOCIAIS NO SETOR EDUCACIONAL E A INFLUÊNCIA DO PROFESSOR PAULO FREIRE

Por conta do longo período que durou a Lei Geral, o setor educacional no Brasil só voltou a sofrer significativas transformações a partir de 1946, após a deposição de Getúlio Vargas, durante o período que ficou conhecido como a Segunda República: quando a ditadura de Vargas chegou ao fim e o regime republicano brasileiro foi retomado. Em 1948, de acordo com o que foi determinado pela quinta constituição, deu-se início aos trabalhos da Lei de Diretrizes e Bases, que foi promulgada em 1961. Simultaneamente à promulgação da LDB, surgiu o Método de Educação Popular, do professor Paulo Freire. O Movimento de Cultura Popular, MCP, orientado pelo próprio Paulo Freire, teve lavradores como os primeiros alunos a passarem por essa experiência, sendo alfabetizados, de dentro para fora, por meio de seu próprio trabalho. Os resultados obtidos — 300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias — impressionaram profundamente a opinião pública.

Decidiu-se aplicar o método em todo o território nacional, mas, dessa vez, contou-se com o apoio do Governo Federal. Foi notável o crescimento nos investimentos em educação desde a promulgação da LDB. A popularização dos métodos de ensino do Professor Paulo Freire inspirou várias pessoas e instituições, criando-se, então, novos projetos e grupos sociais para o apoio a disseminação de formação e conhecimento. Natal/RN foi a primeira cidade brasileira a aplicar essa didática com a Campanha de Alfabetização “De Pé No Chão Também Se Aprende A Ler”, destinada a adultos analfabetos. Alves (2009, p. 67) diz que surgem, também, nessa época “os Centros Populares de Cultura, ligados à União Nacional dos Estudantes; ao Movimento de Educação de Base (ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e ao governo da União”.



Em 1962, foi criado o Conselho Federal de Educação, em cumprimento ao artigo 9º da Lei de Diretrizes e Bases. Este vem em substituição ao Conselho Nacional de Educação. No mesmo ano, são criados os Conselhos Estaduais de Educação, o Plano Nacional de Educação e o Programa Nacional de Alfabetização, estes dois últimos pelo Ministério da Educação e Cultura, seguindo a proposta do Método Paulo Freire. Com a criação desse sistema, Freire inaugura uma nova etapa na educação de adultos no Brasil. Esse projeto educacional, executado pelo Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, sob a sua liderança, denominado Sistema Paulo Freire de Educação, tinha como alvo principal o analfabetismo adulto. No entanto, após pouco tempo de implantação, esses projetos foram interrompidos pelo golpe militar de 1964. Assim, nas palavras de Oliveira (2001, p.56):

Até o golpe de 31 de março de 1964, a relação entre governos progressistas e movimentos populares voltados para a educação popular foi de colaboração. Isto é, no sentido de desenvolver esforços para concretizar as propostas do populismo e do desenvolvimentismo brasileiro. Nasceram aí alguns dos movimentos mais expressivos de educação e cultura popular do Brasil. São expressões desse movimento: o Movimento de Cultura Popular (MCP), o Movimento de Educação de Base (MEB), Centro Popular de Cultura (CPC), e a Campanha “De pé no chão também se aprende a ler”. A partir de então a educação e a cultura não mais se prestavam à simples formação do eleitorado. Passam a ser consideradas instrumentos de transformação da estrutura social, como espaços de formação de seres conscientes, críticos e participantes.

Com o golpe militar em 1964, uma forte repressão recai sobre os movimentos sociais, efetivando-se, também, sobre os grupos e as instituições que atuavam em projetos de educação e de cultura populares. O MEB, no entanto, manteve-se em funcionamento a partir do Programa Nacional de Alfabetização. Entre 1970 e 1971, quando o Brasil, ao instaurar o ato institucional n.º 05, no governo Costa Silva, entrou no período mais repressivo da ditadura militar, período denominado de “golpe dentro do golpe”. Nesse



período, o governo optou por instalar uma estrutura de dimensão ainda maior, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL (Lei n.º 5. 379 de 15/12/67).

Tinha-se, entre os seus objetivos, a difusão da ideologia oficial do desenvolvimento, com vistas a fortalecer o modelo de dominação e modernização vigentes. No entanto, tem-se, nas palavras de Bittar e Bittar (2012, p. 163), que os governos pós-ditadura também não foram capazes de resolver o problema e, além disso, “por não ter cumprido a universalização da escola básica, tarefa realizada pela maioria dos países ocidentais na passagem do século XIX para o XX, o Brasil ingressou no século XXI com essa vergonhosa herança”.

2.3 INSTITUIÇÕES DE INCENTIVO À PESQUISA

Ainda no início da década de 1960, parte do governo passou a ver vantagem em investir no desenvolvimento tecnológico e científico. Neste período, foi criada a Fapesp — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, e, com ela, várias outras instituições afins Brasil adentro. Entre os objetivos, estava a criação do modelo de pós-graduação *strictu sensu*. Destaca-se, também, a SBPC — Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, criada em 1934, na cidade de São Paulo/SP, mas que passou a ter mais visibilidade e autonomia na transição entre as décadas de 1960 e 1970. Em 1988 o Brasil promulgou sua nova constituição, conhecida como Constituição Cidadã, cujo artigo 208 estabelece que é dever do Estado garantir o ensino fundamental obrigatório e gratuito.

[...] constituiu-se em um marco histórico importante na educação brasileira, uma vez que esta lei reestruturou a educação escolar, reformulando os diferentes níveis e modalidades da educação. [...] desencadeou um processo de implementação de reformas, políticas e ações educacionais [...] em vez de frear o processo expansionista privado e redefinir os rumos da educação superior, contribuiu para que acontecesse exatamente o contrário: ampliou e instituiu um sistema diversificado e diferenciado, por meio, sobretudo, dos mecanismos de acesso, da organização acadêmica e dos cursos ofertados. Nesse



contexto, criou os chamados cursos sequenciais e os centros universitários; instituiu a figura das universidades especializadas por campo do saber; implantou Centros de Educação Tecnológica; substituiu o vestibular por processos seletivos; acabou com os currículos mínimos e flexibilizou os currículos; criou os cursos de tecnologia e os institutos superiores de educação, entre outras alterações (BITTAR; BITTAR, 2012, p. 165).

É válido reiterar, também, alguns anos mais tarde, as políticas adotadas em ambos os mandatos do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso incentivaram, principalmente, o crescimento das matrículas nas escolas públicas brasileiras. Foi uma política que visou angariar mais alunos desde o ensino fundamental até o médio. Por outro lado, o Estado deixou de priorizar, portanto, a educação superior, o que acarretou, automaticamente, na falta de recursos e, também, de incentivos. Esse quadro negativo acarretou, então, na aposentadoria precoce de docentes bem como ocasionou em maiores incidências em suas transferências para setores equivalentes privados. Nesse contexto, o governo iniciou a elaboração de uma nova versão para a Lei de Diretrizes e Bases do ano de 1996.

2.4 ENTRE AS ENCICLOPÉDIAS ACADÊMICAS E O VASTO CONTEÚDO DA INTERNET PARA PESQUISAS CIENTÍFICAS

A pesquisa é uma prática comum nas escolas desde a década de 1960, com a proposta de transformar os alunos em atores de seu processo educacional. Porém, a pesquisa por si só não garante o desenvolvimento crítico dos alunos e depende da prática pedagógica norteadas pelo professor. Garcia (2017) afirma que o processo de pesquisar foi facilitado exponencialmente após a domesticação de microcomputadores e internet. Mas isso significou alguns transtornos para a ciência e o meio escolar-acadêmico: a descartabilidade da informação. Muita informação nem sempre é sinônimo de muito conhecimento. Uma vez que a informação pode ser alcançada em poucos cliques, o interesse por aprender entrou em declínio. Até então, o exercício de fazer um trabalho escolar exigia muito mais esforço, uma vez que o



aluno deveria dedicar algumas horas em uma biblioteca, procurando em inúmeros livros pela informação desejada.

Para facilitar o processo, havia enciclopédias que apresentavam temas diversos, mais tarde vendidas por fascículos nas bancas de jornal. Atualmente, a internet tem sido a maior fonte de dados para as pesquisas escolares. Isso começou a partir da comercialização de microcomputadores em ambientes domésticos, que não tardaram a ter acesso à rede (FERRARESI et al, 2009). Até então, as universidades e instituições escolares mantinham a cultura de incentivar pesquisas ao que estava disponível em livros, enciclopédias, artigos científicos, etc. Até hoje os docentes enfrentam muita dificuldade para adaptar seu trabalho aos recursos tecnológicos vigentes, visto que a internet é um ambiente em constante expansão e transformação. Uma vez que o número de usuários cibernéticos cresce exponencialmente em todo o planeta e considerando que todos eles desfrutam da facilidade de produzir e extrair conteúdo da rede, usar a internet como fonte de pesquisa para trabalhos acadêmicos requer muito cuidado.

Vale salientar que a própria foi criada, a princípio, para fins acadêmicos. O meio acadêmico-científico se preocupa com o grau de credibilidade dado as informações extraídas da rede. Devido ao imediatismo proposto, atrelado à nova cultura de comunicação instantânea eletronicamente, é ínfimo o percentual de alunos e pesquisadores que ainda fazem uso de livros de bibliotecas, artigos impressos e afins para a redação de suas teses. De qualquer forma, as universidades, em geral, seguiram com a determinação de manter suas bibliotecas atualizadas. A internet não alterou a credibilidade dos livros, então estes continuaram a ser os mais bem-conceituados na busca por informação. Ferraresi et al (2009, p. 4) alega que:

As atividades de estudo e pesquisa via comunicação online são realizadas a partir dos sites de busca, com predomínio do site de busca Google (...). E entre os sites que os entrevistados conhecem (...) são mais citados o universiabrasil, o do IBGE e o [schoolar.google](https://www.schoolar.google).



Neste novo momento, Ramos e Copolla (2009) sintetizam que o ambiente acadêmico deve fazer jus à Era Tecnológica, adequando seus ambientes internos à essa realidade. A internet pode ser usada para diversas finalidades e os formandos devem ser treinados para obter dela informações concisas e confiáveis, dada sua fragilidade, uma vez que qualquer usuário pode produzir conteúdo. Deve-se fazer um trabalho de análise, a fim de constatar a internet como sendo ou não uma ferramenta pedagógica, de acordo com os objetivos do usuário em um dado momento. As mesmas afirmam que a internet ao alcance do usuário doméstico permite quebrar barreiras da sala de aula e encurtar distâncias entre o docente e o aluno, caso este não possa ou não queira depender de um horário fixo, e, assim, a educação beneficia a coletividade.

(...) a internet (...) vem se tornando uma fonte potencialmente infinita de informações e trouxe diferentes tipos de vantagem e problemas novos ao professor, pois ao mesmo tempo em que possibilita intervenções pedagógicas bem mais sofisticadas e até mais interessantes que as aulas tradicionais (...), levam ao professor a enfrentar alterações nas relações de poder sobre o conhecimento: onde o professor deixa de ter o controle sobre o conteúdo de referência e, passa a gerenciar informações imprevisíveis (...). Por essa razão é que para o uso destas ferramentas na educação, não deve se limitar ao treinamento de professores como mais uma inovação tecnológica (RAMOS; COPOLLA, 2009, p. 7).

Incentiva a capacidade de autoaprendizagem, mas não devem ser adotadas como uma panaceia, como vinha sendo feito com o livro didático até então. Significa que por mais que os recursos tecnológicos estejam sendo trazidos para a realidade acadêmica, estes não podem ser entendidos como a única possível ferramenta de trabalho para a execução das atividades, porém resulta no dinamismo e na criatividade bem como estabelece uma conexão entre os conceitos teóricos e a vida particular de cada um dos estudantes. A Internet é uma fonte infinita de informações e isso faz com que o professor perca a imagem de detentor da informação. É preciso, portanto, tomar certo cuidado ao lidar com essas informações.



2.5 O PAPEL DO DOCENTE NAS TRANSFORMAÇÕES METODOLÓGICAS DO AMBIENTE ACADÊMICO

É indiscutível que a profissão de docente se torna flexível à medida em que a estrutura de toda a sociedade se transforma em função de suas tradições culturais e recursos disponíveis para o trabalho. O ser humano, na modernidade, traciona seu trabalho com o objetivo de fazer com que todos os setores da sociedade fiquem conectados. Por isso mesmo, o bom docente deve flexibilizar seu trabalho buscando constante renovação do que tem a oferecer, visando o aumento do rendimento e qualidade do serviço, admitindo que incluir novas ferramentas à realidade de sala de aula pode trazer aspectos positivos. Sobre esse contexto, Ramos e Copolla (2000, p. 9), aludem, em seu estudo, que:

O professor assume uma nova atitude. Embora, uma vez ou outra, ainda desempenhe o papel de especialista que possui conhecimentos e/ou experiências a comunicar, no mais das vezes desempenhará o papel de orientador das atividades do aluno, de consultor, de facilitador da aprendizagem de alguém que pode colaborar para dinamizar a aprendizagem do aluno, desempenhará o papel de quem trabalha em equipe, ,junto com o aluno, buscando os mesmos objetivos: uma palavra, desenvolverá o papel de mediação pedagógica.

A informatização do ensino, por si só, não é suficiente para produzir conhecimento. O professor é, antes de mais nada, um transmissor de conhecimento. Ele deve usar toda a sua bagagem acadêmica para incutir no aluno o interesse pela pesquisa. Sabe-se que a internet, quando usada de maneira adequada, é um manancial de conhecimento. Porém, quando utilizada indiscriminadamente e sem orientação pode representar um desserviço à informação. Um trabalho acadêmico no qual o aluno usa unicamente a rede mundial de computadores como fonte de pesquisa para a redação de seu trabalho pode resultar em um trabalho inócuo. Nesse ponto, nota-se a importância da presença do professor, pois ele deverá despertar, no aluno, a curiosidade de ir além de uma simples leitura na Wikipédia.



A própria equipe de docentes do meio acadêmico reprova a utilização de certos sites para a aceitação das redações de seus alunos em seus artigos científicos, uma vez que uma informação, quando publicada na internet, torna-se muito fácil para ser adulterada, dada a facilidade com que um usuário conectado também produz conteúdo. Por outro lado, este novo cenário traz consigo momentos de desequilíbrio em seu trabalho, uma vez que o aluno não mais está preso somente ao conteúdo que lhe é apresentado, mas também pode aparecer com questões alheias ao enredo da aula, baseando-se em conteúdos disponíveis na internet. Para Ramos e Copolla (2000), o professor é um agente que deve buscar, de forma constante, a atualização e reciclagem da sua bagagem de conhecimento.

(...) a formação deve sempre considerar o contexto educativo em que o professor esteja inserido, para que o mesmo a incorpore em seu fazer conhecer e debater o uso destas tecnologias se faz necessário. Permitindo que cada professor, dentro de sua realidade de formação e de atuação, incorpore de maneira consciente essas ferramentas e, não como simples aparatos para animar ou ilustrar suas aulas (RAMOS; COPOLLA, 2000, p. 12).

Sabe-se que as tecnologias envolvem processos que são aprimorados dinamicamente e ininterruptamente, fazendo com que seus usuários, e, principalmente, seus desenvolvedores se empenhem de forma a acompanhar as transformações ocorridas. No meio acadêmico, em geral, não é imprescindível que o docente se importe com a arquitetura de desenvolvimento dos recursos tecnológicos, mas é interessante que o mesmo saiba concatenar estes recursos à realidade da sala de aula para que os alunos se sintam imersos em sua própria sociedade da informação, ainda que estejam no ambiente acadêmico-escolar. Imergir a aula em uma realidade virtual traz, aos alunos, uma visão prática dos assuntos abordados e torna-os mais críticos quando apresentada de maneira adequada. Se o docente atingir o objetivo de desenvolver criatividade, curiosidade e interação nos alunos, os mesmos farão melhor proveito do conteúdo.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar como ponto de partida a história da educação no Brasil foi importante para delimitar as influências de seu povo no interesse à pesquisa acadêmica. Apesar de legislada, a educação brasileira sofre poucos investimentos em pesquisa e educação desde sempre e isso se deve a interesses políticos. O Professor Paulo Freire até tentou deixar sua contribuição e reverter o trágico quadro de analfabetismo no Brasil. O mesmo foi referenciado internacionalmente e aplaudido pelas grandes nações e universidades, mas

Aqui o projeto foi destruído e muito criticado. No século 21, o docente vê dificuldade em se adequar às novas tendências da sociedade no que se refere à internet, substituindo bibliotecas e editoriais e diminuindo a credibilidade da autoria da obra, uma vez que o ato de lecionar não está diretamente ligado com o universo tecnológico, mas este sim que globaliza todos os setores da sociedade e no trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, W. L. U. **A história da educação no Brasil: da Descoberta à Lei de Diretrizes e Bases de 1996**. 2009. 76 f. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino Superior) - Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium. Lins, 2009.

BITTAR, m; BITTAR, M. História da educação no Brasil: a escola pública no processo de democratização da sociedade. **Acta Scientiarum Education**, v. 34, n. 2, p. 157-168, 2012.

FERRARESI, A. C. et al. Uso da internet como fonte de pesquisa entre universitários: um estudo de caso. In: **XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba**, 2009

GARCIA, R. **Antes do Google e da Wikipédia – as enciclopédias do passado**. 2017. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/memoria/antes-do-google-e-da-wikipedia/>. Acesso em: 17 dez. 2018.



OLIVEIRA, E. S. **Diferentes sujeitos e novas abordagens da educação popular urbana**. 2001. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2001.

RAMOS, M; COPOLLa, N. C. **O uso do computador e da internet como ferramentas pedagógicas. PDE**. 2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2551-8.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2019.

RIBEIRO, P. R. M. História da educação escolar no brasil: notas para uma reflexão. **Paiadéia**, n. 4, p. 15-30, 1993.

ROSA, T. F. Iluminismo e a expulsão dos jesuítas do Império Português; as reformas pombalinas e o plano dos estudos menores. **Revistas de História Regional**, v. 19, n. 2, p. 361-383, 2014.

Enviado: Agosto, 2019.

Aprovado: Dezembro, 2019.